SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2026, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Romário, Teresa Leitão, Paulo Paim, Camilo Santana, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Damares Alves, Alan Rick, Esperidião Amin e Roberta Acioly, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Marcos do Val, Renzo Braz, Lucas Barreto, Carlos Viana, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze e Efraim Filho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 30/2026 - CE, de autoria do Senador Carlos Portinho (PL/RJ), subscrito pela Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e pela Senadora Jussara Lima (PSD/PI). **Finalidade:** Discutir a instituição do Dia Nacional da Cachaça Brasileira. **Participantes:** Sr. Leonardo Barci Castriota, Representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS); Sra. Andressa Beig Jordão, Diretora Executiva do Instituto Brasileiro da Cachaça (IBRAC) (representante de: IBRAC e Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça do Rio de Janeiro (APACERJ); Sra. Fernanda Cesar de Morais, Representante comercial da Indústria e Comércio de Bebidas Seleta; Sra. Marina Flávia da Silva, Gerente de Marketing e Trade MKT da Companhia Müller de Bebidas; e Sr. Eduardo Calegário Mello, Secretário Municipal de Turismo de Paraty. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Portinho
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/11/11

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Peço perdão pelo meu atraso. Os dias estão muito corridos, mas esse é um tema muito, muito importante.

Vou ler primeiro a abertura protocolar.

Hoje, dia 11/11, CE 39, a 39ª Reunião da Comissão de Educação do Senado.

Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão de Educação e Cultura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de novembro de 2026.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a instituição do Dia Nacional da Cachaça Brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 30, de 2006, da Comissão de Educação e Cultura, de minha autoria.

Convido para tomar lugar à mesa os convidados – por favor, se puderem tomar lugar à mesa –: Sra. Andressa Beig Jordão, Diretora Executiva do Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac), representante do Ibrac e da Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça do Rio de Janeiro (Apacerj) – minha conterrânea, muito bem-vinda –; Sra. Fernanda Cesar de Morais, representante comercial da Indústria e Comércio de Bebidas Seleta. (*Pausa.*)

Participam de forma remota: o Sr. Leonardo Barci Castriota, representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos); a Sra. Marina Flávia Silva, Gerente de Marketing

e Trade Marketing da Companhia Müller de Bebidas; o Sr. Eduardo Calegário Mello, Secretário Municipal de Turismo de Paraty e Produtor também, não é isso, Eduardo? Dê um joinha aí se eu estiver certo. É a Cachaça Coqueiro ou não?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – É. Ah, muito bom!

Informo também que foram convidados representantes da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), do grupo Cachaça Jamel, Indústria e Comércio e da Associação dos Produtores e Amigos de Cachaça Artesanal de Paraty, que justificaram as suas ausências.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu queria fazer uma fala introdutória antes de passar para o Leonardo, dado o apertado do tempo, mas com esta escusa, porque é importante a fala.

A cachaça é uma das mais genuínas expressões da cultura brasileira, é um produto que faz parte da nossa história, da nossa identidade e que tem uma importância econômica muito grande para o país.

No meu Estado do Rio de Janeiro, temos municípios com uma tradição muito forte na produção de cachaça, como Paraty, Duas Barras, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Resende, Nova Friburgo – e eu queria acrescentar também, porque não estão aqui –, Cantagalo, Bom Jardim – também tem produção de cachaça –, Varre-Sai e alguns outros municípios. Essa tradição não

se limita ao Rio. Temos importantes regiões produtoras em Minas Gerais – cachaça mineira –, em São Paulo, em Pernambuco, na Paraíba, no Ceará e tantos outros estados brasileiros.

Foi justamente por reconhecer essa dimensão nacional e diante da importância histórica, cultural e econômica da cachaça que eu tive a iniciativa de elaborar um projeto de lei para instituir o Dia Nacional da Cachaça Brasileira – eu confesso que eu tinha certeza de que já existia, porque acho que isso valoriza muito a nossa produção e a nossa cultura – e, assim, solicitar a realização desta audiência pública para a qual buscamos reunir representantes de diferentes regiões do país, do setor produtivo, da indústria, do turismo e das entidades ligadas à valorização da nossa cultura.

Para tanto, a Lei 12.345, de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas nacionais, determina que a relevância dessas datas seja demonstrada por meio de consultas ou audiências públicas devidamente documentadas com a participação dos setores interessados, antecipadamente à própria distribuição do projeto de lei. O art. 4º dessa lei é muito claro ao estabelecer que o projeto de lei deve ser acompanhado da comprovação, por isso, da realização dessas consultas e audiências públicas. A lei exige, então, que essa comprovação acompanhe o projeto, e fica evidente que a audiência pública deve ocorrer antes da proposição.

O diálogo com a sociedade tem que vir antes justamente para que possamos ouvir os setores envolvidos, conhecer as suas contribuições e demonstrar a importância da instituição desta data comemorativa. E é exatamente esse o objetivo da nossa audiência de hoje.

Quero agradecer a presença de todos e tenho certeza de que teremos um debate muito rico e produtivo.

Assim, com a palavra, de forma remota, o Sr. Leonardo Barci Castriota, representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos).

O SR. LEONARDO BARCI CASTRIOTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sr. Senador Carlos Portinho, autor do requerimento, Sras. e Srs. Senadores e demais convidados e convidadas, é uma honra participar desta audiência em nome do Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), organização não governamental criada em 1965 e que assessora a Unesco na aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. Eu falo como Vice-Presidente do Icomos, internacional, mas também como ex-Presidente do Icomos Brasil e como

Professor da Universidade de Minas Gerais, onde sou titular da cátedra Unesco de Patrimônio e Paisagem Cultural.

Eu agradeço-lhe o convite. Ele indica que o Senado compreende a amplitude contemporânea do patrimônio e que discutir uma data comemorativa é discutir um modo como uma sociedade reconhece o que a constitui.

Durante muito tempo, nós sabemos, falar em patrimônio era falar de pedra e cal, de construção: igrejas barrocas, fortes, casarios, cidades históricas. Foi uma visão importante, e o Icomos nasceu dela. A Carta de Veneza, de 1964, nosso documento fundante, ainda é um marco na conservação de monumentos, mas o nosso campo mudou profundamente nesses últimos 50 anos. Entendemos hoje que um monumento não se explica sem as pessoas que o construíram, o usaram e o ressignificaram. Em muitos casos, o que importa no bem cultural é o conhecimento que o produz e o mantém vivo. O Documento de Nara sobre a Autenticidade, de 1994, já dizia que a autenticidade de um bem não está apenas na sua matéria, mas também nas tradições, nas técnicas, no uso e no espírito do lugar.

É nesse horizonte que a cachaça deve ser vista. Ela é um saber fazer: o conhecimento do solo, da cana e do ponto do caldo, o manejo da fermentação, a arte do mestre alambiqueiro, a escolha da madeira, o tempo de envelhecimento. É um conhecimento transmitido de geração em geração, muitas vezes dentro da mesma família, adaptado a cada território.

A cachaça de Paraty não é a de Salinas, que não é a de Jandaia do Sul, que não é a de Pirassununga. Essas diferenças são expressões de paisagens, de histórias e de comunidades diferentes.

E há algo mais. A cachaça nasceu nos engenhos coloniais, num sistema de produção marcado pela escravidão. Reconhecê-la como patrimônio exige uma memória crítica: lembrar que o saber que a sustenta foi também construído, em grande parte, por mãos africanas e afrodescendentes, cuja contribuição precisa ser nomeada. Patrimônio não é só celebração, é também responsabilidade com a história inteira.

Nesse sentido, a nossa Constituição de 1988 foi visionária ao tratar do tema do patrimônio chamado Patrimônio Imaterial. O art. 216 define o Patrimônio Cultural Brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos

diferentes grupos formadores da sociedade, incluindo, expressamente, as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver. Interessante perceber que esse dispositivo antecipou em 15 anos a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que é de 2003, da qual o Brasil é parte desde 2006. Essa convenção define o patrimônio como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que comunidades e grupos reconhecem como parte de sua herança cultural – reparem na palavra "reconhecem", o Patrimônio Imaterial não pode ser decretado de cima para baixo, ele pertence a quem o pratica.

O Brasil vai construindo uma política pioneira nessa área. O Decreto 3.551, de 2000, instituiu o chamado Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e também o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, com livros para inscrição de saberes, celebrações, formas de expressão e lugares. Dessa política resultaram reconhecimentos importantes, como o ofício das paneleiras de Goiabeiras, um modo artesanal de fazer queijo em Minas, depois inscrito também como Patrimônio da Humanidade, o samba de roda, também inscrito como Patrimônio da Humanidade, e a roda de capoeira – são bens que têm em comum o fato de serem práticas vivas que só existem enquanto alguém as exerce.

Eu chego agora ao ponto central: como valorizar esse Patrimônio Imaterial? Gostaria de destacar cinco mecanismos, todos pertinentes no caso da cachaça.

Primeiro: o reconhecimento formal. Ele pode se dar pelo registro como Patrimônio Cultural nas esferas federal, estadual e municipal e também pelas indicações geográficas, que protegem a relação entre o produto e o território. Paraty e Salinas são exemplos de regiões que buscaram esse caminho: Paraty obteve em 2007 o registro como indicação de procedência e em 2004 passou à dominação de origem, a primeira de um destilado brasileiro; Salinas obteve a sua indicação de procedência em 2012. As indicações geográficas de um lado e o registro patrimonial de outro são instrumentos distintos, mas complementares: um protege a origem e a qualidade, o outro reconhece o saber e a comunidade que o sustenta.

Segundo: a documentação e o inventário. Não se salvaguarda o que não se conhece. É preciso mapear produtores, técnicas, variedades de cana, tipos de alambique, receitas e histórias de vida. Esse trabalho deve ser feito de forma participativa, com os próprios detentores do saber como protagonistas e não como meros informantes.

Terceiro: a transmissão dos saberes. O maior risco para o Patrimônio Imaterial é o desaparecimento da cadeia de transmissão. Isso exige apoio à formação de novos alambiqueiros, valorização dos mestres como detentores do saber, parcerias com escolas técnicas e universidades e condições econômicas para que os jovens queiram permanecer na atividade. A agricultura familiar, que a justificação do requerimento do Senador menciona, é aqui o elo mais sensível.

Quarto ponto: a salvaguarda do contexto. Um saber fazer depende de uma paisagem: os canaviais, os engenhos, os alambiques, os caminhos, o território. Daí a importância da abordagem da paisagem cultural, que é o eixo transversal que articula o nosso trabalho aqui na UFMG, à frente da cátedra Unesco de Patrimônio e Paisagem Cultural. Proteger a cachaça sem proteger os lugares onde ela é feita seria proteger um rótulo e perder o conteúdo. E aqui a cachaça se conecta ao turismo cultural e enogastronômico, que pode ser fonte de renda, desde que seja planejado pelas comunidades e com limites claros.

Quinto, e por último: a promoção e a visibilidade. É aqui que se insere a proposta desta audiência. Uma data comemorativa é um instrumento simples, mas poderoso de reconhecimento público. Ela cria uma ocasião anual para educar, divulgar, reunir produtores e consumidores e colocar o tema na agenda pública em casa e no exterior, onde a ApexBrasil tem desempenhado um papel decisivo. Gostaria de lembrar aqui a experiência do Uruguai, que criou o Dia do Patrimônio, com grande repercussão.

Quero falar – para a gente fechar – um pouquinho dos riscos. Valorizar não é isento de riscos, e o Icomos tem dever de assinalar isso.

O primeiro risco é a mercantilização. Quando um bem cultural vira apenas produto, corre-se o risco de padronizar o que é diverso e de empobrecer o saber que se queria proteger. A promoção comercial deve caminhar junto com a proteção da diversidade e da proteção artesanal. Se não fizermos isso, vamos matar a galinha dos ovos de ouro.

O segundo perigo é a exclusão. Os benefícios da valorização precisam chegar aos pequenos produtores e, principalmente, às comunidades detentoras do saber, e não apenas às grandes marcas. Por isso, eu saúdo a composição proposta para esta audiência, que reúne entidades nacionais, polos regionais e produtores de diferentes portes. Sugiro, com devido respeito, que

este debate também inclua os mestres alambiqueiros, os pequenos produtores e os pesquisadores do tema.

O terceiro ponto, muito importante, é a responsabilidade social. A cachaça é uma bebida alcoólica, e a celebração cultural deve andar junto com a promoção do consumo responsável. Reconhecer um bem como patrimônio não é incentivá-lo sem critério. Ao contrário, valorizar a qualidade, a origem e o saber costuma andar junto com um consumo mais consciente.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, cachaça reúne história, território, trabalho, técnica e identidade e atravessa o Brasil de norte a sul. É a nossa bebida nacional. A instituição de um dia nacional é um passo coerente com a política brasileira de patrimônio imaterial e com os princípios internacionais...

(*Alerta de 60 segundos.*)

O SR. LEONARDO BARCI CASTRIOTA (*Por videoconferência.*) – ... que o Icomos defende, mas, para a data ter sentido, deve ser mais que uma efeméride: deve ser a porta de entrada para uma política consistente, com inventário participativo, reconhecimento formal, transmissão de saberes, proteção de paisagens produtivas e promoção responsável.

O Icomos, a nossa cátedra Unesco, UFMG e UFRJ colocam-se à disposição do Senado e dos produtores para colaborar nessa construção, com nossa rede internacional de especialistas e nossa experiência em salvaguarda do patrimônio vivo.

Muito obrigado pela oportunidade.

E boa discussão!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Leonardo, eu que agradeço. Sua participação é fundamental, porque traz os aspectos históricos, culturais da exposição e traz uma questão muito importante, que é a responsabilidade social. É lógico que a gente está valorizando um produto único no mundo, que é a cachaça brasileira, com o Dia Nacional da Cachaça, que valoriza os seus produtores, que valoriza os seus mestres, aqueles que passaram de geração para geração, muitas vezes, que valoriza a grande indústria também, que alcança exportações, assim como a pequena, que vai encontrando seu espaço, inclusive fora do nosso país, também muito valorizada, mas traz essa preocupação com a responsabilidade social. Eu, por acaso, venho do direito esportivo, me especializei em dopagem.

E muitos vão dizer: "Ah, mas é álcool". Sim, em algumas modalidades esportivas, o álcool também é proibido, como, por exemplo, no automobilismo, o que nos faz lembrar que "se beber, não dirija" – justamente é essa mensagem. E, quando a gente valoriza um produto nacional alcoólico, como é a cachaça, que tem tanta história, história desde a nossa colonização, inclusive, e, por isso, único, a gente não pode deixar de ter o cuidado de que, no dia nacional, também seja comunicada a preocupação com o consumo excessivo de álcool, com a dependência do álcool, com os transtornos e com as vidas que devasta, se usado em excesso por aqueles que manifestem essa síndrome. Eu aprendi com o Al-Anon, nos bancos dos grupos de ajuda, que ela não dá em poste, que dá em gente e que não tem, como a diabetes, cura; o que há é 24 em 24 horas de abstinência no álcool, para aqueles que realmente precisam. Espero que justamente campanhas como essa de responsabilidade social, Leonardo, que você traz muito bem, não tornem o Dia da Cachaça como um dia de uso excessivo do álcool, muito ao contrário: que a gente possa usar essa data também para conscientizar os malefícios do uso exagerado do álcool, como há também no uso exagerado de outros produtos, mas o álcool especificamente, que devasta muitas famílias. Isso não significa que devemos negar a um produto autêntico brasileiro, que emprega, inclusive, muita gente no nosso país, do pequeno produtor àquele que manufatura e ao exportador, aquele que joga esse produto nacional no mercado internacional, inclusive. Então, quero agradecer sua participação, riquíssima presença do Icomos nesta audiência pública, com as advertências que faz, que faço questão aqui de registrar e endossar.

Por isso, já creditando aqui a participação popular pelo e-Cidadania, o Iuri, da Paraíba, Leonardo Barci, justamente traz essa preocupação que você muito bem reforçou e que fiz questão também de registrar. O Iuri pergunta: "Como conciliar a valorização da cachaça com as políticas públicas de prevenção ao alcoolismo?". Justamente essa data comemorativa desse produto nacional deve caminhar lado a lado também com a educação, a propagação da necessidade do uso consciente.

E eu faço aqui, até publicamente, o registro do excelente e incrível trabalho que o Alcoólicos Anônimos faz em todo o Brasil. E aqueles que precisam de ajuda têm no Alcoólicos Anônimos, certamente, uma porta importante para sua recuperação.

A Mayara, de São Paulo: "Como o Dia Nacional da Cachaça pode impulsionar roteiros de turismo cultural e gastronômico que valorizem produtores locais?".

E, dito isso, eu vou quebrar aqui o protocolo e vou passar a palavra ao Eduardo Mello, que é o Secretário Municipal de Turismo de Paraty. Se puder, Eduardo, já vá respondendo à pergunta da Mayara, de São Paulo, junto com a sua apresentação. Ela quer saber como pode impulsionar esses roteiros de turismo desses sítios que, como disse o Prof. Leonardo, devem ser preservados tanto quanto a data comemorativa.

O SR. EDUARDO CALEGÁRIO MELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Carlos Portinho. Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos os Senadores, a todos os amigos, parceiros aqui do mundo da cachaça que estão participando.

Quero parabenizar o Senador por este manifesto em defesa da cachaça e parabenizar também o Leonardo pela sua manifestação.

Eu venho de uma família – é só um parêntese – produtora de cachaça, sou a quinta geração hoje desde 1803 produzindo cachaça em Paraty. Então, nós somos pequenos produtores. Já estive Presidente da Apacap (Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça Artesanal de Paraty) e também faço parte da Apacerj, no Rio de Janeiro, e também do Ibrac, através da Apacap. Então, a gente já faz parte desse mundo da cachaça, eu cresci na cachaça. Na verdade, eu brinco que eu sou cachaça desde... Eu estudei cachaça, comi cachaça, visto cachaça, e meus filhos, hoje, são cachaça.

Só que a gente tem que entender a questão, hoje, da valorização do pequeno produtor e da cachaça em si mesma, de verdade. Dando só um parêntese, junto com o Leonardo, que embasou muito bem a parte histórica, e pegando só o gancho da questão da nossa colonização, de que tudo que vem de fora é melhor, desde que a moda era francesa, que a arquitetura era colonial – porque tinha que vir de fora... Então, a gente nunca valorizou o nosso produto nacional. Vindo com esta manifestação, a gente consegue, sim, valorizar... E sempre a cachaça esteve nesse canto de marginalizada, de ser o "cachaceiro" – estando o cara caído ali, não importa que bebida ele bebeu, é o cachaceiro. Graças a Deus, a gente conseguiu mudar muito isso, junto com o Ibrac, trabalhando esses apoios também de valorização da bebida, junto com a Apex, Sebrae, que vêm valorizando cada vez mais isso.

E, pegando o gancho de eu estar Secretário de Turismo também em Paraty, hoje, na nossa realidade aqui, no nosso mercado, dos produtores locais – nós somos seis produtores hoje –, nós vendemos praticamente tudo para o nosso mercado interno, que é Paraty. Então, nós temos o

nosso roteiro aqui, com essa valorização também. Nós temos o primeiro Festival da Cachaça do Brasil, de que estamos no 45º ano agora. Eu participei muito intensamente do projeto de 2007 quando nós fomos reconhecidos como a quarta indicação geográfica no Brasil, sendo a primeira em cachaça. E também nós capitaneamos – eu estava Presidente da associação – agora, em 2024, para conseguir a primeira denominação de origem para um destilado brasileiro.

E, vindo disso de a gente valorizar mesmo o nosso destilado nacional, essas medidas trazem para a gente valorizar cada vez mais os nossos produtores e as nossas regiões também. É salvaguardar isso e mostrar que nós temos as nossas peculiaridades. Cada região tem a sua característica específica. Isso enriquece mais, porque nós temos cachaças de norte a sul e de leste a oeste do nosso Brasil. Então, que a gente consiga fomentar isso.

E um fator, uma mola propulsora também das regiões é o turismo. Eu vivencio isso dentro da minha família. Depois que nós abrimos o nosso alambique, o nosso engenho para visitação, mudou muito também a nossa realidade, como pequeno produtor. Ao receber *in loco* o turista, a gente consegue vender melhor, com preço mais justo e também mostrar toda a nossa história e todo o carinho e cuidado com que nós fazemos nossas cachaças.

É também pegar, como uma criança que viveu dentro do alambique, que cresceu ali, a responsabilidade de a gente mostrar que a cachaça não é um simples destilado alcoólico fermentado da calda da cana-de-açúcar. É muito mais do que isso, é história, é cultura, é resistência do nosso Brasil. E a gente entender isso – porque nós produtores já estamos aqui há muitos anos, como a minha família – é muito mais que resistência; é entender que nós passamos por vários ciclos de não defender a cachaça. E acho que esses mecanismos vêm muito disso.

E, respondendo também à pergunta dos amigos sobre roteiros, nós temos que fazer, sim. Ainda mais na minha família, que foi uma das poucas que permaneceram aqui produzindo, nós sempre incentivamos os outros produtores da nossa região também a não nos entendermos como concorrentes, mas, sim, como agregadores também de uma região para nos qualificarmos e melhorarmos a produção local. E, sim, como diz o ditado, uma andorinha só não faz verão. Quanto mais alambiques tivermos aqui, mais o setor fica fortalecido e vira um ponto de referência também no Brasil. Então, acho que isso é interessante.

E a todos que quiserem o meu contato posso disponibilizá-lo para a gente conversar e trocar experiências também, para criar novos roteiros da cachaça como turismo e para a gente conseguir fortalecer o pequeno produtor para vender localmente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Caro Eduardo, maravilhoso! Poderia dizer o nome? Vamos aproveitar e fazer o *merchandising*. Diga o nome, se souber, de todos os produtores, dos alambiques que há em Paraty. Afinal, é uma audiência pública, e isso pode incentivar ainda mais visitas à minha querida cidade de Paraty no meu estado. Um abraço ao nosso Prefeito Zezé, e meu agradecimento a todos aí – dos 4.123.234 votos que tive, muitos aí na cidade. Pode dizer?

O SR. EDUARDO CALEGÁRIO MELLO (*Por videoconferência*.) – Sim, sim. Nós temos a Coqueiro, que a minha família produz. Temos a Paratiana, a Engenho D'Ouro, a Corisco, a Maria Izabel. Nós temos hoje a Pedra Branca, cujo atual Presidente é o Lúcio; e a Praiano, que está se regularizando agora também, mais uma... Nós tínhamos a Corisco, que encerrou as atividades no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – A Coqueiro, inclusive, tem uma linha, se não me engano, de flor de laranjeira também, que é meio azulada. É a Coqueiro?

O SR. EDUARDO CALEGÁRIO MELLO (*Por videoconferência*.) – Isso. Foi a minha família que inventou esse produto, e nós ganhamos, acho que em 1902 ou 1904, a medalha de ouro na exposição Brasil-Itália...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Muito bom, muito bom o produto.

O SR. EDUARDO CALEGÁRIO MELLO (*Por videoconferência*.) – ... representando o Brasil como produto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – O Eduardo é parente do ex-Prefeito... Tinha um Prefeito na cidade que era ligado à Coqueiro ou não? Eu não sei... É porque, quando eu fui visitá-lo, ele me deu uma Cachaça Coqueiro, por isso que eu conheci. Eu achei que era seu parente. (*Risos.*)

O Prefeito anterior ao Zezé... Não, foi o Luciano. Anterior ao Luciano quem era?

O SR. EDUARDO CALEGÁRIO MELLO (*Por videoconferência*.) – Teve o Benedito...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Eu era Secretário de Meio Ambiente.

Oi?

O SR. EDUARDO CALEGÁRIO MELLO (*Por videoconferência*.) – Teve o Dedé também e o Zé Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Dedé. Acho que foi o Dedé quando eu estive aí, enfim. Mas vale a visitação, e a Cachaça Coqueiro – essa, por exemplo, especificamente – é de excelente qualidade.

Vou voltar aqui – muito obrigado, Eduardo, que contribuiu muito com o debate –, rapidamente, ao e-Cidadania, aos comentários, com uma participação muito grande. O tema despertou nossa audiência.

O Francisco, do Espírito Santo: "Reverenciar a cultura e o desenvolvimento econômico deste tema só vale se for acompanhado de um trabalho sobre os riscos da dependência". Eu estou de pleno acordo, e a gente tem, em cada fala, enfatizado, porque é um interesse comum a todos nós, sim, Francisco.

Paulo, de São Paulo: "Reconhecer os patrimônios nacionais é muito importante, mas não criar feriados. Já temos feriados demais, o dia acho que vale ser criado, sim". Sim, você tem toda razão. Não queremos criar o feriado da cachaça, queremos apenas a data, que já existe, que já é comemorada no dia 13 de agosto – setembro, perdão –, 13 de setembro. O que a gente está fazendo é institucionalizar para valorizar aqueles que produzem, e o turismo, e a economia, e o mercado brasileiro, lembrando que, como os escoceses têm o uísque escocês, os portugueses têm o vinho do Porto, nós temos a nossa cachaça brasileira. Essa data é exatamente para a valorização de todos aqueles, desde o pequeno produtor, que estão envolvidos.

Para terminar esta página aqui de comentários, Almir, da Bahia: "Excelente iniciativa! Apesar de ser um item polêmico devido aos riscos a saúde caso tenha uso inadequado, a cachaça é 'Brasil na Alma'" – entre aspas, "Brasil na Alma". É isto: produto 100% brasileiro.

Eduardo pediu a palavra.

Eduardo, por favor.

O SR. EDUARDO CALEGÁRIO MELLO (*Por videoconferência*.) – Desculpe-me, Senador.

Quero só pegar como exemplos também a questão do México com a tequila, da França com o champanhe, da Escócia com o uísque e de eles valorizarem as suas bebidas. O Brasil precisa muito disto também: começar a valorizar, pegar esses bons exemplos de valorização.

Desculpe-me porque eu não tinha falado no meu comentário, tinha esquecido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Muito bom! Assim como a cava espanhola, o pisco no Peru. Muito bom!

Eu vou passar a palavra a uma das nossas mulheres. Nós temos três mulheres participando desta audiência pública de instituição do Dia Nacional da Cachaça. Eu vou pedir desculpas às duas que estão aqui presentes e vou dar a palavra à Marina Flávia primeiro, porque ela está remotamente, e, imagino, deve ter mais compromissos – todos temos –, e já está aguardando. A Marina Flávia é da Companhia Müller de Bebidas.

Marina, por favor, com a palavra.

A SRA. MARINA FLÁVIA DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi! Boa tarde a todos. Tudo bom?

Participar aqui deste discurso, trazendo o Dia Nacional da Cachaça...

A cachaça é muito mais do que uma bebida. Quando a gente a traz aqui para esta discussão, ela realmente faz parte da nossa história, da nossa cultura, da identidade do que a gente traz ali, além da formação econômica daqui, do Brasil. Então, ela está presente nas nossas tradições, na nossa gastronomia, enfim, nas manifestações culturais que temos, fora todas as histórias que temos em relação aos milhares de produtores, como todos os meus parceiros já trouxeram aqui, o que, ao longo dessas gerações, ajuda, de certa forma, a contribuir para o patrimônio brasileiro.

Então, o Dia Nacional da Cachaça representa para a gente uma oportunidade importante de reconhecer, de valorizar toda essa cadeia produtiva, desde os pequenos produtores e

alambiques artesanais até as grandes empresas, que contribuem hoje para o desenvolvimento e o profissionalismo do setor.

Eu vejo também que é uma data importante para a gente impulsionar o turismo tanto cultural quanto gastronômico, porque a gente pode transformar a cachaça em um convite para a gente trabalhar e conhecer, como os meus parceiros trouxeram aqui, as suas regiões, as suas histórias, os seus sabores. Nós que estamos aqui no dia a dia sabemos que cada cachaça ali tem o seu sabor, o que é extremamente importante para a gente trazer essa conexão que faz parte da tradição da cachaça como um todo. Então, é trazer roteiros que conectam os produtores locais, as experiências gastronômicas, o patrimônio histórico e cultural que a gente tem. É extremamente importante a gente trabalhar isso, além de gerar emprego, renda e todo o desenvolvimento para que a gente possa fortalecer diferentes comunidades.

Eu sou representante da empresa Müller, da Cachaça 51, que é "Uma boa ideia", né? A Cachaça 51 carrega uma trajetória construída ao longo de décadas, acompanhando toda a evolução do mercado e ajudando a levar esse símbolo nacional para as diferentes gerações de mercado. Então, é fundamental reconhecer, trazer essa valorização, para a gente caminhar lado a lado.

É extremamente importante, como representante de *marketing*, trazer também não só essa celebração como cultura – extremamente importante para trazer essa conexão –, mas também trazer o uso consciente, né? Então, a gente também sabe dos riscos associados ao consumo de bebida. É essencial a gente fortalecer a educação, a conscientização, trazer essa preservação, respeitando todas as orientações da saúde pública, promovendo essas escolhas responsáveis do uso consciente. Isso é importante para nós. Então, eu acredito que seja um caminho para a gente encontrar de fortalecer, de fato, e de trazer essa data de relevância para o nosso calendário, valorizando a nossa história, para que a gente possa proteger a nossa cultura, incentivar o desenvolvimento econômico, o que é extremamente importante, assumindo todo o papel de promoção em relação à responsabilidade do uso, da sociedade, enfim.

Então, mais do que celebrar um dia que, para nós, como representantes aqui de uma indústria, de forma nacional, traz uma bebida que conecta, traz essa brasilidade muito forte, acho que é celebrar um patrimônio brasileiro, fortalecer as nossas raízes, as pessoas que constroem essa história, que fazem parte de toda a cadeia produtiva, que merecem esse reconhecimento,

esse respeito e valorização. Acho que valorizar a cachaça é mais do que valorizar o Brasil; é fortalecer a sua história, a sua cultura, enfim, envolvendo praticamente gerar esse desenvolvimento, essa valorização, muito acompanhados com a responsabilidade e esse compromisso que, de fato, a própria categoria oferece para a sua sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Muito bom, Marina. Muito bom ter uma mulher à frente. Muito obrigado pela sua presença.

Curiosidade minha, Marina: a 51, falando de mercado internacional, acho que foi uma das pioneiras, né? Porque, aonde se vai, além de outras cachaças hoje do Brasil que alcançaram outros continentes... Mas a 51 eu desconfio de que tenha sido a pioneira, ou não, estou enganado?

A SRA. MARINA FLÁVIA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Sim, a Cachaça 51 foi pioneira, levando para mais de 51 países, hoje, a nossa cachaça, trazendo a brasilidade. Quando a gente sai do Brasil, a fortaleza da categoria, da brasilidade da Cachaça 51, a conexão dos brasileiros que moram fora, em outros países, trazem, diretamente, essa identidade com a marca.

Então, sim, foi a pioneira, levando a cachaça para outros países e trazendo essa conexão com os brasileiros que não moram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Muito bom. Muito obrigado, Marina. Viva a cachaça brasileira!

A Pâmela, do Ceará...

A SRA. MARINA FLÁVIA DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Eu que agradeço pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Obrigado, Marina.

A Pâmela, do Ceará, pergunta, no e-Cidadania: "Como garantir que os pequenos produtores sejam beneficiados, e não apenas as grandes indústrias de bebidas?", que nos orgulham, como disse aqui a Marina. Também os nossos pequenos produtores: como ajudá-los e beneficiá-los com a instituição dessa data?

E, para falar sobre isso, eu vou pedir à nossa Andressa Beig Jordão, Diretora Executiva do Instituto Brasileiro da Cachaça, Representante de Ibrac e da Associação dos Produtores e Amigos da Cachaça do Rio de Janeiro.

A SRA. ANDRESSA BEIG JORDÃO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Carlos Portinho.

Primeiramente, quero agradecer a V. Exa. por convidar o Instituto Brasileiro da Cachaça para poder falar e discutir, nesta excelente oportunidade, sobre a instituição do Dia Nacional da Cachaça. O Dia Nacional da Cachaça é comemorado há muitos anos no dia 13 de setembro, mas, ainda, a gente não possui uma instituição formal sobre essa data. Então, esta vai ser uma excelente oportunidade para a gente poder explanar sobre isso.

Antes de eu falar sobre a data, eu gostaria de falar um pouco sobre o Instituto Brasileiro da Cachaça, que pode responder à pergunta do...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ. *Fora do microfone*.) – Da Pâmela, do Ceará.

A SRA. ANDRESSA BEIG JORDÃO – ... da Pâmela, do Ceará.

O Instituto Brasileiro da Cachaça representa o setor produtivo da cachaça. Nós representamos 80% do volume comercializado hoje, no Brasil, então a gente tem de pequeno produtor a grandes indústrias – a 51 é nossa associada. Inclusive, Senador, o nosso Presidente do Ibrac é o Vicente Bastos: ele é produtor de cachaça de Nova Friburgo, Fazenda Soledade – ele é um pequeno produtor e é Presidente do Ibrac. Então, a gente representa os produtores de todos os portes.

A gente tem uma representatividade aqui em Brasília, onde a gente defende os interesses da cadeia produtiva da cachaça, discutindo regulamentos, questão tributária, promoção comercial, tanto no Brasil como no exterior.

E aí eu trago aqui uma pergunta: por que 13 de setembro?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Obrigado, eu ia fazê-la. (*Risos.*)

A SRA. ANDRESSA BEIG JORDÃO – Vem da história. Como o Eduardo, Secretário de Turismo de Paraty, trouxe, vem da história do Brasil, desde a época da colonização.

Está relacionado, então, o 13 de setembro a um fato histórico que ocorreu mesmo em 13 de setembro de 1649. Nessa data, o Rei de Portugal, D. João IV, expediu uma provisão régia que reafirmava restrições às bebidas de cana produzidas no Brasil colonial, porque estava gerando concorrência com as bebidas produzidas em Portugal. Então, ele expediu essa provisão régia para que parassem com a produção de cachaça, para evitar concorrência. Esse documento está registrado nos Anais da Biblioteca Nacional e é uma referência importante para compreender a história da produção da cachaça.

O que esse registro nos mostra é que a produção local já tinha importância econômica e comercial e que sua atividade enfrentava essas limitações que eu comentei. Por isso, para o Ibrac, o 13 de setembro representa a resistência e a permanência da produção brasileira de bebidas de cana, que atravessou dificuldades e continuou presente na nossa história.

Não posso também deixar de comentar sobre a Revolta da Cachaça, que ocorreu no Rio de Janeiro, anos depois – 1660 e 1661 –, e esse movimento envolveu conflitos fiscais, econômicos e políticos relacionados à produção e ao comércio da nossa bebida genuinamente brasileira.

Então, são acontecimentos, Senador, que ajudam a compreender como a cachaça foi se consolidando ao longo da história brasileira.

Mas a cachaça não vive do passado, ela vive do presente e do futuro. Então, como foi mencionado pelos nossos colegas, ela está presente na nossa cultura, na música, na gastronomia, nos costumes brasileiros. Está também nos conhecimentos desenvolvidos ao longo de gerações sobre o cultivo da cana-de-açúcar, a fermentação, a destilação e o envelhecimento por inúmeras madeiras, inclusive madeiras brasileiras.

Então, a cachaça é um produto muito diverso e distribuído no Brasil todo. É uma história construída por muitas pessoas e merece ser conhecida e valorizada.

Além disso, do que foi comentado sobre as IGs – hoje algumas regiões produtoras já possuem suas IGs –, o termo "cachaça" é protegido por indicação geográfica por um decreto de 2011.

Temos também números que podem comprovar a importância do nosso produto. De acordo com o Anuário da Cachaça de 2026, publicado pelo Ministério da Agricultura, hoje o Brasil

possui 1.538 estabelecimentos produtores registrados, distribuídos em 844 municípios, e aproximadamente 8,4 mil cachaças registradas no Mapa.

Quero ressaltar que o Ibrac promove a cachaça formal, a indústria formal da nossa bebida tipicamente brasileira.

A cachaça também vem ampliando as exportações. Hoje ela exporta para 76 países e registra em torno de US$17 milhões de exportação.

Foi mencionada aqui pelo Secretário de Turismo de Paraty – o Eduardo comentou – a tequila do México. Hoje o México exporta US$4 bilhões de tequila ao mundo. O Brasil exporta US$17 milhões de cachaça. Então, a gente tem um mercado muito promissor, tem espaço para crescer, e os produtores de cachaça estão preparados para exportar. Então, é muito bom a gente apoiar isso e promover cada vez mais o nosso produto no exterior, porque tem espaço e tem consumidores interessados em conhecer o nosso produto.

Nesse sentido, destaco a parceria entre o Ibrac e a Apex Brasil. A gente tem um projeto com a Apex Brasil, que é o Cachaça: Taste the New, Taste Brasil. Estamos na quarta edição. E esse projeto ajuda a gente a promover a cachaça no exterior.

Por tudo isso, para concluir, entendemos que o Dia Nacional da Cachaça deve ser mais do que uma data comemorativa. Deve ser uma oportunidade para preservar a memória e a história da bebida, como eu mencionei; valorizar os produtores e as regiões; promover a gastronomia e o turismo; ampliar o conhecimento sobre a qualidade da cachaça; e fortalecer sua presença no Brasil e no exterior. O dia 13 de setembro nos oferece a oportunidade de reconhecer toda essa trajetória.

Em nome do Ibrac, reafirmo nosso apoio à instituição do Dia Nacional da Cachaça, tendo como referência histórica a provisão régia de 13 de setembro de 1649.

Quero mais uma vez agradecer ao Senador, à Comissão, aos demais Parlamentares e aos demais colegas, e seguimos aqui à disposição para eventuais dúvidas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Que bacana! Olha quanta história – história do Brasil – de gerações e gerações. Mil, seiscentos e...?

A SRA. ANDRESSA BEIG JORDÃO (*Fora do microfone.*) – Ano de 1649.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Ano de 1649. Daí o dia 13 de setembro. É um grito de liberdade.

Eu sou Presidente aqui também da Frente Parlamentar do Livre Mercado, então essa passagem histórica muito significa para mim, porque é a liberdade de empreender, de mercado, e foi o que conquistou a cachaça brasileira, com todas as limitações, como você trouxe, e outras que a gente vive hoje. Eu votei contra a reforma tributária, e me preocupa muito esse "imposto do pecado", esse Imposto Seletivo, principalmente o impacto que tem...

Senador Heinze, não sei se o Rio Grande do Sul tem cachaça... Tem chimarrão. Eu não tomei ainda a do Rio Grande do Sul, não. Depois você tem que trazer, Senador!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – É maravilhosa a do Rio Grande do Sul? Vai ficar devendo, Senador Heinze!

Mas eu sei que, quanto ao impacto sobre os produtores desse imposto, eu acho que o produto nacional poderia ser poupado disso. Já é tanto sacrifício, tanto esforço para empreender neste país, e aí vai incidir um Imposto Seletivo sobre um produto que é patrimônio nacional. A gente vai ter tempo ainda de repensar isso.

Senador Heinze, com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Quero cumprimentar aqui a Dra. Andressa, a Dra. Fernanda e você, Portinho.

O Rio Grande do Sul tem cachaça de qualidade, de altíssima qualidade. Eu não tomo cachaça, mas trabalho com quem produz cachaça, que é a cana-de-açúcar, que eu ajudo na minha área, que é a agricultura. O pessoal sempre nos procurou, e a gente sempre ajudou o pessoal ligado ao ramo, porque é uma fonte geradora de emprego, riqueza, divisa não só para o Rio Grande do Sul, mas para o Brasil inteiro.

E tem esse "imposto do pecado" sobre a cachaça, sobre o vinho especificamente, com que nós também trabalhamos. No tempo de Jesus Cristo... Isso é milenar. Então, é uma pena que esteja dessa forma, mas o.k.

Parabéns, Portinho.

Dra. Fernanda, Dra. Andressa, contem também com a nossa ajuda, está bom?

Valeu, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Senador Heinze, estou junto com você nas suas batalhas. Senador, conte comigo.

Eu até falei de diversas regiões da cidade... Antes de dar a palavra aqui à nossa última oradora desta audiência pública, eu falei de algumas cidades do nosso estado. O Presidente do instituto é de Nova Friburgo, cidade pela qual eu tenho um carinho enorme.

A produção é ali no 3º Distrito, no distrito agro ou não? Você sabe?

A SRA. ANDRESSA BEIG JORDÃO (*Fora do microfone*.) – Eu acho que é numa área rural.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Deve ser – deve ser ali. Vou até procurar saber com o Dirceu, o Vereador, Presidente da Câmara de Vereadores, para me levar lá, para eu conhecer a Soledade, Fazenda Soledade.

E aí me lembrou – não poderia faltar –, lá em Bom Jardim, o meu amigo, Vereador, Presidente da Câmara, Carlos Gastão, e principalmente o Vereador Bruno Paixão. Nessa campanha, eu fui a Bom Jardim, e o Vereador Bruno Paixão me levou para conhecer, depois de um evento de campanha, o alambique caseiro da sua família, com produção caseira de cachaça, cachaça branca, de boa qualidade. Vereador Bruno Paixão, vou voltar aí.

Dia da Cachaça, é interessante que essa data... Embora eu imagine – podem até falar melhor do que eu, porque conhecem mais – que já haja festejos sobre essa data, agora, institucionalizando, a gente tem uma oportunidade não só de incentivar o turismo, a cultura, a história do nosso país – valorizá-la –, mas também de poder agora, com o dia instituído – e espero que seja aprovado o projeto –, no dia 13 de setembro, por todo o nosso país, junto com a responsabilidade social, com todas as advertências do consumo excessivo, exaltar esse produto.

E que isso também fomente a economia de muitas cidades menores do nosso país que têm a cachaça como seu produto.

Eu estive na exposição de Cordeiro, com o Prefeito Leonan, lá no Rio, e tinha a exposição dos produtos artesanais feitos na região – não só em Cordeiro, mas ali de Cantagalo, Bom Jardim, Duas Barras –: além do excelente café, a cachaça. Quem sabe o dia 13 vai virar marco em muitas cidades para poder atrair e gerar negócios sobre esse produto 100% nacional.

E com isso eu vou...

Deixe-me só ler aqui mais uma pergunta para a gente não deixar de dar a participação, que é fundamental, do e-Cidadania.

A Elis, do Rio Grande do Sul... Pena que o Heinze já foi, nosso Senador Heinze.

A Elis, do Rio Grande do Sul, diz: "A instituição do dia da cachaça acompanha alguma outra iniciativa de incentivo como um selo de produto brasileiro ou de produto cultural?". Vou deixar essa pergunta para você, se souber. Se não souber, nosso Ibrac aqui vai, certamente, responder. Eu imagino que tenha uma origem controlada, mas eu acho que é muito mais uma iniciativa dos estados. Não sei, me parece; mas vamos saber. Essa pergunta, então, está no ar.

A Mayara, de São Paulo: "Há planos de parcerias com cursos de Turismo para qualificar profissionais e estruturar experiências de visitação em alambiques?". Olha que bacana! Só a cogitação de a gente institucionalizar o Dia da Cachaça, o dia 13, fazendo esta audiência pública, a Mayara, de São Paulo, já traz ideias. Como é importante... Muitos podem falar: "O Senado está perdendo tempo aí, pô, discutindo cachaça, com tanta coisa importante no país." Aqui é do pepino ao foguete, ou da cachaça ao foguete agora.

E você vê como é importante para o país com a pergunta da Mayara: "á planos de parcerias com cursos de Turismo para qualificar profissionais e estruturar experiências de visitação [Imagino que haja] em alambiques?". Eu já fui convidado em alguns desses municípios que eu falei.

Mas você vê que tem o fomento de uma atividade turística, de guias de turismo, e isso valoriza não só o produto, mas valoriza a cidade, traz negócios. É muito bacana. É muito boa a pergunta, Mayara.

E aqui a Rachel, do Distrito Federal: "No país do futuro grandioso que nunca chega, acho um desperdício. Bebida, jogos... Vícios em geral estão em franca decadência. Sou contra". Rachel, eu sou a favor do livre-arbítrio. Eu tive na minha família, como eu disse aqui antes, um problema sério de alcoolismo. Eu vivi isso na minha infância, mas eu vivi também a recuperação. E hoje essas pessoas com quem eu convivi se recuperaram, de 24 em 24 horas, com a ajuda dos Alcoólicos Anônimos, e eu faço questão aqui de registrar, mais uma vez, esse grupo importante.

Para algumas pessoas, sem dúvida, eu considero – é uma opinião pessoal – uma doença o alcoolismo, que precisa de tratamento, como a diabetes, todos os dias. A pessoa não cura a diabetes, não cura o alcoolismo. Foi isso que eu aprendi. Mas a gente não está aqui incentivando, a gente está admitindo algo que já é da nossa cultura milenar. Em 1649 foi considerado marco, nesta data que a gente está estabelecendo, o dia 13 de setembro. Para você ver que veio com a colonização brasileira.

O que a gente tem que fazer, tanto no caso da bebida, do jogo, das drogas, mas, especialmente no que é liberado – a bebida, especialmente o jogo dentro dos seus limites, do que existe –, é trazer também uma campanha de educação, ou seja, responsabilidade social, porque a gente varrer para debaixo do tapete... E também é desconsiderar a importância não só histórica, cultural, mas desconsiderar que muitas famílias de produtores, pequenos produtores, vivem do cultivo da cana destinado à produção da cachaça. A gente desconsidera que muitas famílias vivem da produção da cachaça, nos seus alambiques familiares; a gente desconsidera o potencial turístico, por ser um produto único no mundo, pois é só daqui.

Quem quiser visitar um alambique vai ter que vir ao Brasil. Isso desperta o interesse do turista estrangeiro. É como eu, que estive visitando, já algumas vezes – e muitos já foram –, a Argentina, os vinhedos, ou foram a Portugal, ao Douro, por exemplo, a região turística, desenvolveu e gerou outros empregos, outros trabalhos diretos e indiretos.

Então, a gente desconsiderar tudo isso e interferir o Estado no livre-arbítrio das pessoas, eu nunca vou defender isso. Eu defendo liberdade e que as pessoas sejam conscientizadas dentro dos limites de cada risco que há, por exemplo, na bebida ou no jogo. E, por isso, ao instituir o Dia da Cachaça, institucionalizar uma data que já é reconhecida historicamente, não significa que a gente esteja promovendo o consumo excessivo. Ao contrário, todas as falas vieram acompanhadas da responsabilidade do consumo, e, quanto ao abuso do álcool, há a necessidade

de buscar ajuda – como eu disse aqui, o grupo Alcoólicos Anônimos –, e reconhecer a dependência, com o tratamento, que é diário, de 24 em 24 horas.

Luísa, do Distrito Federal: "É um produto histórico do país. Então, eu acho a homenagem [muito] válida". É isso, isso é democracia, isso é debate.

E, para concluir, uma grande mulher a mais aqui na nossa mesa. Eu quero dar a palavra à Dra. Fernanda Cesar de Morais, representante comercial da Indústria e Comércio de Bebidas Seleta. Não esqueça a minha pergunta. (*Risos.*)

A SRA. FERNANDA CESAR DE MORAIS (Para expor.) – Agora sim.

Eu vou passar a pergunta. Eu acho que a Andressa vai poder falar melhor.

Eu sou representante comercial, atuo aqui em Goiás e no DF, sou goiana, e o convite está feito para conhecer Salinas, a Cachaça Seleta.

Boa tarde a todos.

Obrigada, Senador Carlos Portinho, porque eu já trabalho há muitos anos, e, quando eu vejo falando sobre isso, eu até me emociono, porque realmente são anos e a gente... Eu me sinto um pouco dona disso. Então, estou falando muito mais emocionalmente mesmo.

Concordo com toda a responsabilidade que temos que ter. Eu acho que a família Rodrigues... Então, assim, eu vou seguir aqui um pouco, senão eu vou divagar e falar muito mais de muita história pela qual passamos para construir isso – o mercado –, fazer a cachaça ser o que ela é hoje.

Então, obrigada pelo convite, pela oportunidade de participar desta audiência, representando a Cachaça Seleta.

Quero parabenizá-los pela iniciativa e pela disposição de todos. Em nome da Cachaça Seleta, que é a maior fabricante de cachaça de alambique do Brasil, temos a honra de participar deste momento de discussão, de escutar as pessoas e – eu acho que – de esclarecer o objetivo pelo qual estamos aqui: que não é incentivar o consumo, e, sim, eu acho que valorizar todo o trabalho e também as pessoas que estão envolvidas nisso. Então, são muitos trabalhadores que estão envolvidos, como eu.

Então, representando aqui a empresa, em especial, o seu fundador, Sr. Antônio Rodrigues, e a família Rodrigues, gostaríamos de agradecer, mais uma vez, a oportunidade, eu acho, de contribuir, de contribuir para um debate relevante para o setor.

Eventos, como a Feira da Cachaça, têm se expandido aqui em Brasília, eu acredito que nós já estamos no quarto ano, e Goiânia, este ano, começou também com um evento muito bacana e estruturado. Então, eu acho que, levando o nome das marcas, levando o trabalho e ensinando também o que é o consumo desse produto... Porque, como dizem aí, eu acho que falaram inicialmente: não é cachaceiro. A gente vem mudando esse estigma ao longo do tempo.

Como já foi dito por todos, a criação do Dia Nacional da Cachaça representa muito mais do que a instituição de uma data comemorativa. É um reconhecimento à história, à tradição, à cultura e, eu acho, ao trabalho de milhares de produtores, que, ao longo das gerações, mantêm viva uma das maiores riquezas da identidade brasileira.

Como já falamos aqui, é o produto que nós temos, e eu acho que já somos identificados lá fora, como sendo brasileiros, muito mais pela cachaça do que pelo brasileiro. Assim, muitos reconhecem – eu não vou tirar isso –, mas, quando você chega lá fora, é: "Caipirinha". Então, nós já temos esse reconhecimento muito forte lá fora.

Acreditamos que esse reconhecimento chega num momento especial e importante. Eu acho que temos que fortalecer o setor, valorizar nossos produtores, dar visibilidade à qualidade da cachaça, porque temos, sim, qualidade, temos, sim, marca e temos condição de fazer isso. A Cachaça Seleta está aí, há mais de 45 anos, com a marca Seleta, mas o alambique já veio, foi comprado, de anos anteriores.

Então, é reconhecer a importância econômica, social e cultural da atividade. A cachaça é um patrimônio. Quem dedica a sua vida à produção merece o respeito, o reconhecimento e a valorização. Nós estamos aqui eu acho que para falar disso, e eu estou aqui para falar: contem com o apoio da Cachaça Seleta e do Sr. Antônio Rodrigues para essa iniciativa.

Quero agradecer, mais uma vez – obrigado pelo convite –, a todos que estão empenhados nessa importante conquista para a cachaça brasileira.

Então, é isso.

Quero agradecer, mais uma vez, a todos e vou passar para a Andressa. Eu acho que isto aqui é muito importante, esta participação.

Tem a Elis, do Rio Grande do Sul, que pergunta sobre esse incentivo a um selo do produto brasileiro. Eu acho que você vai falar por todo o Brasil.

A SRA. ANDRESSA BEIG JORDÃO (Para expor.) – Obrigada, Fernanda. Parabéns pela sua explanação!

Gostaríamos de ter a Cachaça Seleta mais presente para os consumidores daqui da região conhecerem mais. (*Risos.*)

Bom, sobre a questão do selo, é importante mencionar que o setor da cachaça passa por regulatórios e é extremamente fiscalizado. A cachaça formal, que possui registro no Ministério da Agricultura, é protegida. Então é um produto seguro. Assim, é lógico que a gente não pode esquecer que gerar um selo, promover um selo pode gerar algum valor para a bebida, mas é importante mencionar que a cachaça registrada, a cachaça registrada no Ministério da Agricultura, é um produto seguro e legalizado.

Então a gente pode pensar, sim, posteriormente, claro, numa instituição da data e pensar em alguma política para implementar algum selo de qualidade. Mas, ao mesmo tempo, eu já falo: as cachaças registradas, que estão no setor formal de produção, já são um produto com selo de qualidade, já possuem um selo de qualidade, que é o registro no Ministério da Agricultura.

Então isso já é um *marketing* para o nosso produto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Mas tem algum estado que instituiu, que você conheça? Um selo DOC, como na Itália, para o vinho italiano?

A SRA. ANDRESSA BEIG JORDÃO – Tem alguns estados que sim, que possuem um selo de produção regional, sim, possuem, sim. Minas Gerais, tem alguns casos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Tá, muito bom.

Eu queria aproveitar aqui, a gente está falando tanto de datas, marcos importantes, cultura, e queria fazer um registro que me chegou aqui. Uma pessoa que já faleceu, mas que é uma pessoa

que teve uma grande participação na valorização desse produto 100% nacional, é o Dirley Fernandes. Ele trabalhou no jornal *O Dia* e criou o *site* Devotos da Cachaça. E ele era uma referência nesse assunto. Vi o Eduardo balançando a cabeça ali, não sei se o Eduardo teve a convivência, o conhecimento. A gente também tem que fazer o registro de pessoas que contribuíram para que esse produto alcançasse esse valor.

A Fernanda trouxe... A gente fala muito da cachaça, e a nossa cachaça, produto natural, está lá fora, todo mundo sabe, é que nem marca, naturalmente. Por isso é que eu perguntei para a Bebidas Müller, perdão, para a Andressa. Andressa? Não, para a Flávia, Marina Flávia, da Companhia Müller, porque como a Gillette, é a 51; se a pessoa falou cachaça, é 51. Isso porque ela foi a pioneira fora do país, tem uma razão. Além do mais, é um estudo de caso de publicidade, propaganda, a boa ideia, a criação dessa frase. A Marina Flávia voltou aqui, eu estava elogiando.

Então a gente tem que fazer esses registros históricos, todos eles, como produto.

Mas a gente não pode esquecer também que a cachaça nos leva a um outro produto único no mundo, que é a caipirinha. A Fernanda falou da caipirinha, que é a cachaça mais a fruta. Então é muito importante esse registro histórico.

Deixem-me ver aqui o protocolo, porque eu fugi dele já completamente. Não tomei cachaça, não tomo em serviço. Isso... (*Risos.*)

Ah, perdão! Tem uma participação.

Por favor.

O SR. JOSÉ EDUARDO CIDADE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Carlos Portinho, Andressa, nossa querida representante do Ibrac, e Fernanda, com toda a sua emoção ao falar da cachaça.

Mas eu me chamo Eduardo Cidade e eu presido a Associação Brasileira de Bebidas Destiladas. Eu fiz questão de aqui comparecer, porque eu acho que é extremamente importante termos essa data instituída oficialmente.

O histórico da cachaça no Brasil é muito importante. O próprio Congresso, já lá em 2016, reconheceu a cachaça como patrimônio histórico e cultural. Então, tem uma lei já que diz que é um patrimônio histórico e cultural.

Vamos lembrar esse dia, efetivamente, como sendo um dia para homenagear todas essas pessoas que operam a produção de cachaça, desde o pequeno produtor, que faz lá a sua cachaça artesanal, até a grande indústria, que faz um grande volume de produção desse produto.

A ABBD vem aqui apoiar essa iniciativa e dizer, sim, que estamos muito felizes por participar dessa atividade e que, certamente, será muito bem encaminhada pelo Senador Carlos Portinho, para que, finalmente, tenhamos o Dia Nacional da Cachaça, em setembro do próximo ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RJ) – Eduardo, muito obrigado pela sua participação e me desculpe... Se eu soubesse, teria o chamado à mesa para certamente poder acompanhar esta audiência pública.

Eu queria ler aqui, rapidamente, então, para que todos tenham conhecimento.

Já entendemos o porquê do dia 13 de setembro; e, por isso, eu antecipo aqui o projeto de lei...

Perdão.

O projeto de lei, que eu encaminho como autor, já está protocolado? (*Pausa.*)

Falta eu assinar.

Então, aproveito... Como a audiência, nesse caso de dia nacional, precede a propositura do projeto, já o farei aqui, ao vivo, com todo o interesse em instituir o Dia Nacional da Cachaça, que já é celebrado por uma razão histórica – e bonita razão – de resistência, de liberdade, de defesa da liberdade de mercado, inclusive da liberdade ou arbítrio próprio de cada um.

Instituir o Dia Nacional da Cachaça... Já assinado e protocolado o projeto de lei, no curso desta audiência aqui:

> O CONGRESSO NACIONAL decreta:
> Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Cachaça Brasileira, a ser celebrado, anualmente, no dia 13 de setembro.
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse projeto ainda de lei vai tramitar aqui na Comissão de Educação e Cultura.

Eu fico muito feliz, quero fazer o registro, porque eu não sou de ficar registrando muitas datas, a não ser aquelas que realmente representem um marco na nossa cultura. Eu aqui pude ser o Relator do Dia Nacional do Funk, porque também a música é um marco da cultura, da expressão artística brasileira, especialmente na minha cidade do Rio de Janeiro.

Esse é o meu segundo projeto de instituição de data, e eu acho que, da mesma maneira, eu busquei algo que represente e valorize tanto as produtoras e os produtores de cachaça brasileiros, como o pequeno – o homem do campo ou a mulher do campo – que produz a cana. Por isso, é dia 13 de setembro.

O Dia Nacional do Funk, a que eu fiz referência, é o dia 12 de julho – o Dia Nacional do Funk –; e o dia 13 de setembro, o Dia da Cachaça Brasileira.

Esse projeto agora vai tramitar aqui na Comissão de Educação e Cultura.

Ele é terminativo? (*Pausa.*)

Ainda vai ser distribuído? Então vamos aguardar a tramitação.

Depois ainda temos um caminho na Câmara dos Deputados, mas eu conto com o apoio de todo o setor, e não só do setor produtivo, mas também dos nossos historiadores, secretários de cultura, como tivemos aqui o Leonardo, como historiador da Universidade de Minas Gerais, como temos aqui o Eduardo, que é Secretário de Turismo de Paraty, porque a gente quer incentivar não só o produto 100% brasileiro, não só a nossa cultura, a nossa história, e registrar essa data, mas também estimular o turismo – o turismo de alambique, que está aí. Para você que nos assiste, pesquise na sua cidade, porque eu, por exemplo, não sei de tudo e acabei de descobrir que no Rio Grande do Sul tem uma boa cachaça. Vou procurar conhecê-la melhor.

Então, dito isso, vou para o encerramento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado, Eduardo; muito obrigado, Andressa, Fernanda; muito obrigado, Leonardo, Marina Flávia e Eduardo Calegário – já havia dito.

Muito obrigado, e boa tarde a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 57 minutos.*)